



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

EDITAL Nº XXX

ANEXO 02

**DECRETOS E RESOLUÇÕES SOBRE TRANSPORTE
COLETIVO INTERMUNICIPAL**



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LEI FEDERAL N.º 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

LEI FEDERAL N.º 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal.

LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

LEI FEDERAL N.º 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

LEI FEDERAL N.º 6.544, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

LEI FEDERAL N.º 7.835, DE 08 DE MAIO DE 1992 que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos.

LEI N.º 1.492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1977, que estabelece o Sistema Metropolitano de Transportes Urbanos e autoriza a criação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A, EMTU-SP, e dá providências correlatas.

LEI N.º 7.450, DE 16 DE JULHO DE 1991, que cria a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e dá providências correlatas.

LEI COMPLEMENTAR N.º 666, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifas de transporte às pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR N.º 14, DE 08 DE JUNHO DE 1973 que cria a Região Metropolitana de São Paulo.

LEI COMPLEMENTAR N.º 94, DE 29 DE MAIO DE 1974 que disciplina a Região Metropolitana de São Paulo.

DECRETO FEDERAL N.º 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

DECRETO N.º 24.675, DE 30 DE JANEIRO DE 1986, que regulamenta os serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo e dá outras providências.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

DECRETO N.º 27.411, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987, que dispõe sobre a reconstituição da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A, EMTU-SP.

DECRETO N.º 34.184, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1991, que Organiza a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

DECRETO N.º 34.753, DE 1º DE ABRIL DE 1992, que regulamenta a Lei Complementar n.º 666, de 26 de novembro de 1991, que concede isenção de pagamento de tarifas de transporte coletivo urbano e dá providências correlatas.

DECRETO N.º 49.752, DE 4 DE JULHO DE 2005, que reorganiza a Secretaria dos Transportes Metropolitanos e dá providências correlatas.

DECRETO N.º XX.XXX, DE X DE XXXXXXXX DE 2016, que dispõe sobre a concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP e dá providências correlatas.

DECRETO N.º XX.XXX, DE XX DE XXXXXXXX DE 2016, que aprova o Regulamento da concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

RESOLUÇÃO SNM N.º 33, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1985, que autoriza o transporte gratuito aos policiais militares fardados.

RESOLUÇÃO SNM N.º 151, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987, que estabelece normas complementares relativas à coleta de dados referentes à execução de serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus na Região Metropolitana de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 55, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1992, que disciplina as atividades pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, STM e pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU-SP, relativas à fiscalização do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo por Ônibus.

RESOLUÇÃO STM N.º 75, DE 24 DE MARÇO DE 1992, que disciplina as atividades realizadas pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, STM, e pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. EMTU-SP, relativas ao planejamento, acompanhamento e controle operacionais do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo por ônibus.

RESOLUÇÃO STM N.º 89, DE 15 DE ABRIL DE 1992, que estabelece normas para o registro cadastral das empresas interessadas na execução dos serviços de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 98, DE 7 DE MAIO DE 1992, que disciplina as atividades pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, STM, e pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. EMTU-SP, relativas ao planejamento, acompanhamento e controle tarifário, econômico e financeiro do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo por ônibus.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RESOLUÇÃO STM N.º 200, DE 4 DE MARÇO DE 1993, que disciplina a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, por ônibus, aos maiores de sessenta e cinco anos, nas linhas metropolitanas de característica comum.

RESOLUÇÃO STM N.º 403, DE 29 DE DEZEMBRO 1994, que dispõe sobre a preferência dos assentos nos ônibus das linhas comuns metropolitanas.

RESOLUÇÃO STM N.º 425, DE 5 DE JULHO DE 1995, que estabelece normas de emissão de documento anexo ao Contrato de Concessão e do Termo de Permissão, dos serviços de transporte sob jurisdição metropolitana.

RESOLUÇÃO STM N.º 450, DE 15 DE ABRIL DE 1996, que disciplina a circulação, espaço interno, equipamentos de arrecadação e outros nos ônibus que operam o serviço de transporte coletivo metropolitano regular de passageiros, por ônibus.

RESOLUÇÃO STM N.º 523, DE 16 DE OUTUBRO DE 1997, que cria o Comitê de Política de Gestão Tarifária para o Sistema Metropolitano de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo e dá outras providências.

RESOLUÇÃO STM N.º 43, DE 2 DE AGOSTO DE 2002, que estabelece Padrões de Identidade Visual para o Sistema de Transporte Metropolitano, constituído por metrô, trem metropolitano e ônibus, bem como demais modos que vierem a ser criados ou assumidos pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM.

RESOLUÇÃO STM N.º 50, DE 22 DE OUTUBRO DE 2002, que designa a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, para como representante da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM integrar o "Plano de Apoio para Fiscalização do Transporte Intermunicipal Coletivo de Passageiros".

RESOLUÇÃO STM N.º 52, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2002, que estabelece normas para a implantação do Padrão Visual da Frota do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, modalidade regular, nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 10, DE 22 DE JANEIRO DE 2003, que institui a Carteira de Transporte Escolar Metropolitano.

RESOLUÇÃO STM N.º 26, DE 4 DE ABRIL DE 2003, que dá nova redação à Resolução STM-10, de 22-1-2003.

RESOLUÇÃO STM N.º 58, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação nos veículos que operam os Sistemas Metropolitanos de Transporte Coletivo de Passageiros, modalidades Regular e Fretamento, do número do telefone do serviço Disque-Denúncia, da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

RESOLUÇÃO STM N.º 59, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003, que dá nova redação aos artigos 2º e 6º da Resolução STM n.º 10, de 22 de janeiro de 2003.

RESOLUÇÃO STM N.º 31, DE 17 DE MAIO DE 2004, que altera o artigo 9º da Resolução STM n.º 55, de 5-02-1992.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/STM N.º 3, DE 9 DE JUNHO DE 2004, que disciplina as medidas administrativas e operacionais referentes a isenção do pagamento de tarifas de transporte coletivo regular, de âmbito metropolitano, sob responsabilidade do Estado, concedida às pessoas com deficiência.

RESOLUÇÃO STM N.º 49, DE 14 DE OUTUBRO DE 2004, que autoriza as empresas vinculadas à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, e Empresa Metropolitana de Transporte Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP), a emitir as Carteiras de Transporte Escolar Metropolitano para o ano letivo de 2005, individualmente ou de forma conjunta, com base nas informações encaminhadas exclusivamente pelas Instituições de Ensino.

RESOLUÇÃO STM N.º 54, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2004, que obriga as empresas operadoras dos serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, modalidade comum, a cobrança de tarifas por cobradores ou por qualquer outro meio que dispense os motoristas de realizá-la, incluindo-se o de bilhetagem automática a partir de 22 de março de 2006.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/STM N.º 04, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2004, que altera e acrescenta dispositivos à Resolução Conjunta SS/STM nº 03, de 09 de junho de 2004 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO STM N.º 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2005, que estabelece as tarifas do Sistema de Trens Metropolitanos e do Sistema Metroviário, com o Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo - Serviço Comum.

RESOLUÇÃO STM N.º 46, DE 6 DE JULHO DE 2005, que delega ao Coordenador da Coordenadoria de Transporte Coletivo ou a seu substituto, as competências indicadas.

RESOLUÇÃO STM N.º 47, DE 6 DE JULHO DE 2005, que detalha as atribuições dos Grupos Técnicos das Coordenadorias de Relações Institucionais, Transportes Coletivos e de Planejamento e Gestão.

RESOLUÇÃO STM N.º 54, DE 2 DE AGOSTO DE 2005, que estabelece o compartilhamento da operação dos serviços metropolitanos urbanos de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, na modalidade regular nas Regiões Metropolitanas, e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/STM N.º 5, DE 4 DE JANEIRO DE 2006, que altera dispositivos do Anexo II da Resolução Conjunta SS/STM 3, de 09-06-2004.

RESOLUÇÃO STM N.º 27, DE 5 DE MAIO DE 2006, que dispõe sobre a reserva de poltronas especiais para pessoas obesas nos modais de transporte público coletivo de passageiros nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 43, DE 5 DE JULHO DE 2006, que altera o artigo 2º da Resolução STM 10, de 22-01-2003.

RESOLUÇÃO STM N.º 60, DE 27 DE OUTUBRO DE 2006, que estabelece normas complementares relativas ao fornecimento de dados referentes à execução do serviço



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

intermunicipal de transporte de passageiros por ônibus, na modalidade regular, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 61, DE 27 DE OUTUBRO DE 2006, que disciplina o uso de cartões eletrônicos do sistema de arrecadação automatizada no serviço intermunicipal de transporte de passageiros por ônibus, na modalidade regular, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, dando providências correlatas.

RESOLUÇÃO STM N.º 62, DE 27 DE OUTUBRO DE 2006, que disciplina a instalação dos equipamentos e dispositivos de arrecadação automatizada, a circulação interna, o espaço interno e demais equipamentos nos ônibus, microônibus, ônibus leves e veículos de pequeno porte, que operam nos sistemas de transporte coletivo metropolitano regular de passageiros, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

RESOLUÇÃO STM N.º 80, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2006, que consolida as Resoluções que criaram e regulamentaram o serviço especial previsto no Decreto 24.675, estabelecendo suas diretrizes específicas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/STM N.º 7, DE 22 DE AGOSTO DE 2007, que altera o Anexo III da Resolução Conjunta SS/STM 3, de 9/6/2004, alterado pela Resolução Conjunta SS/STM 6, de 27-09-2006.

RESOLUÇÃO STM N.º 42, DE 27 DE JUNHO DE 2008, que delega à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, a competência para a elaboração dos procedimentos de inspeção veicular para o sistema metropolitano de transporte coletivo de passageiros sobre pneus e revoga a Resolução STM nº 435 de 7 de dezembro de 1995, o artigo 21, da Resolução STM nº 80, de 8 de dezembro de 2006 e o § 4º do artigo 4º, da Resolução STM nº 78, de 7 de novembro de 2005.

RESOLUÇÃO STM N.º 63, DE 13 DE JULHO DE 2010, que substitui os anexos I e II, da Resolução STM-62, de 27-10-2006, revoga o parágrafo único de seu artigo 1º e revoga a Resolução STM-46, de 22-09-2009.

RESOLUÇÃO STM N.º 58, DE 24 DE MAIO DE 2011, estabelece a idade máxima dos veículos para a prestação dos serviços metropolitanos de transporte coletivo de passageiros da modalidade regular, de características comum e seletiva para as atuais permissões, regidas pelo Decreto Estadual n.º 24.675, de 30 de janeiro de 1986, e suas posteriores alterações.

RESOLUÇÃO STM N.º 96, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012, que determina a instalação de equipamentos necessários ao monitoramento da operação em tempo real – Dispositivo de Localização Automática Veicular – AVL, em todos os veículos da frota regular, cadastrados na EMTU/SP, dando providências correlatas.

RESOLUÇÃO STM N.º 12, DE 06 DE MARÇO DE 2014, que altera a redação do Anexo-Documento Técnico, item 11.2, letra "C – Demais Veículos", inciso "f", da Resolução STM-63, de 13-07-2010.

RESOLUÇÃO STM N.º 28, DE 07 DE MAIO DE 2014, que inclui na redação do Anexo-Documento Técnico, item 11.3, o inciso "J", da Resolução STM-63, de 13-07-2010.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RESOLUÇÃO STM N.º 053, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015, que altera o parágrafo 3º, do artigo 7º, da Resolução STM-061, de 27-10-2006.